

ROMPENDO A INÉRCIA INSTITUCIONAL: AS MULHERES RURAIS E A POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA¹

Emma Siliprandi²

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que, no ciclo das políticas públicas, depois de se conseguir que a problemática seja instalada na agenda política, e sejam definidas as medidas para a sua resolução, ainda existe um longo caminho até que a implementação dessas ações aconteça. Muitas vezes, é necessário que os segmentos interessados exerçam vigilância sobre os setores públicos, para que as proposições iniciais não sejam esquecidas ou desvirtuadas. Quando falamos da criação de condições especiais para o atendimento a mulheres rurais, podemos afirmar que essa vigilância tem que ser redobrada. Isso devido à predominância de uma visão sexista incrustada nos setores públicos que considera que, na agricultura familiar, o homem é quem trabalha e é o chefe da família, e portanto, deve ser o interlocutor do Estado nas políticas públicas para o setor. Visão esta que é fruto de uma ideologia patriarcal fortemente arraigada na sociedade, e que, entre outras questões, desvaloriza o papel econômico, social e cultural das mulheres rurais e dificulta o seu acesso a direitos e à titularidade direta de benefícios.³

As mulheres rurais, no entanto, têm uma larga trajetória de enfrentamentos com o Estado brasileiro. Esses enfrentamentos decorreram da necessidade de essas mulheres serem respeitadas como cidadãs, com direito a opinião, à intervenção nos espaços de decisão e aos benefícios das políticas.⁴ Às vezes, esse enfrentamento

1. Este capítulo foi elaborado no âmbito do Grupo de Trabalho *Mujeres, agroecología y economía solidaria*, do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso). A autora agradece a colaboração de muitas mulheres que participaram da discussão do texto, deram depoimentos e enviaram materiais, sem as quais seria impossível a realização deste trabalho. Em especial, Cidinha Moura, Elisabeth Cardoso, Iracema Moura, Irene Cardoso, Julia Aires, Liliam Telles, Michela Calaça, Miriam Nobre, Sara Pimenta e Verônica Santana.

2. Coordenadora do projeto de apoio ao desenvolvimento rural sustentável da América Latina e Caribe GCP/RLA/193/BRA da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

3. Ver, por exemplo, as análises feitas para o caso latino-americano por Deere e León (2002). As dificuldades das mulheres rurais brasileiras foram analisadas por autoras pioneiras, como Paulilo (1987), Carneiro (1994) e Pacheco (1997). Um estudo específico sobre a visão da extensão rural pode ser encontrado em Siliprandi (2002).

4. Já há bastante bibliografia sobre esses enfrentamentos, especialmente no que diz respeito a políticas públicas. Recomendamos revisar, por exemplo, Heredia e Cintrão (2006), Butto *et al.* (2014), Siliprandi e Cintrão (2015), Siliprandi (2015), ONU-Mulheres (2016), entre outros.

também tem que ser feito com os próprios companheiros dos movimentos sociais, que não vêm as questões das mulheres como prioritárias dentro das pautas mais gerais. Como será apresentado neste trabalho, em certa medida, esse também foi o caso da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e dos planos para a sua implementação (Planapo I e II). Nas palavras de uma representante das trabalhadoras rurais, que participou desde o início do processo de elaboração da política, *“nas reuniões, a gente não podia nem ir ao banheiro, pois corria o risco de, naquele intervalo, os nossos temas serem tirados da pauta”*.

Mesmo assim, como veremos mais adiante, tanto na Pnapo como nos Planos I e II, uma série de reivindicações dos movimentos de mulheres foram contempladas, fazendo com que essa política seja considerada uma das mais abertas às mulheres, na área da agricultura, dos últimos tempos. Há quem diga que a Pnapo tem a “cara das mulheres”. Ainda que se tratem de medidas relativamente simples, tais como a reserva de recursos para o atendimento específico ao público feminino, ou a determinação de que as mulheres devem ter prioridade no atendimento por determinados programas, esse fato vem sendo comemorado pelas lideranças femininas por ajudar a romper a invisibilidade das mulheres como produtoras rurais e por ter aberto espaço para outras conquistas. A que se poderia atribuir e qual a importância dessas vitórias?

Várias perguntas orientaram a elaboração deste estudo. Buscou-se entender quais eram, exatamente, as reivindicações das mulheres sobre esses temas, e o que, de fato, foi conseguido. Por outro lado, como se deu o processo de organização e de formação de alianças entre as mulheres para buscar efetivá-las? É possível pensar que houve, nessa trajetória, ganhos no reconhecimento das mulheres rurais como portadoras de propostas no campo da agroecologia e da produção orgânica? Que lições podem ser aprendidas para avançar nas lutas das mulheres rurais por sua autonomia e na defesa dos seus direitos?

O objetivo foi resgatar o processo de articulação que houve entre os movimentos de mulheres rurais, organizações não governamentais e agentes públicos, nos processos de diálogo político de definição da política e dos planos. O trabalho procura chamar atenção para a avaliação feita pelas próprias lideranças que participaram desses processos, sobre os ganhos alcançados e as questões que seguem abertas. As fontes consultadas foram os documentos oficiais existentes, os relatórios de reuniões e seminários (envolvendo setores governamentais e da sociedade civil), e também entrevistas com integrantes das comissões nacionais (Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Cnapo e Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – Ciapo) e das subcomissões temáticas formadas no âmbito da Pnapo, onde buscou-se obter as percepções dessas lideranças sobre os processos vividos.

As entrevistas (não estruturadas) foram realizadas no final de 2016 e início de 2017, com integrantes de diferentes setores – governamentais e não governamentais – e foram centradas na reconstrução da história das articulações ocorridas em torno das políticas em questão. Os principais temas abordados, além dessa reconstrução, foram: quais as principais bandeiras que as diferentes representações das mulheres rurais trouxeram para o campo de discussões ao redor da Pnapo; dentre essas, quais consideravam terem sido atendidas; quais consideravam que eram importantes, mas não haviam avançado na sua implantação; e, na sua opinião, quais os fatores que haviam influenciado para que algumas questões avançassem e outras não.

O trabalho está dividido, além dessa introdução, em três seções de desenvolvimento e um apartado com considerações finais. Serão tratados: *i*) antecedentes da Pnapo e dos Planos I e II; *ii*) o histórico do envolvimento dos movimentos de mulheres no Brasil com os temas da agroecologia e da produção orgânica, e sua participação em instâncias de negociação com o governo; e *iii*) as principais conquistas obtidas pelas mulheres na Pnapo, dando relevo às estratégias utilizadas por elas para incidir nesses processos políticos.

2 A PNAPO COMO UMA RESPOSTA DO GOVERNO AOS MOVIMENTOS DE MULHERES

Os processos de negociação entre governo e sociedade civil em torno da Pnapo e dos Planos I e II⁵ estão fartamente apresentados e discutidos por outros estudos desta publicação, razão pela qual não vamos nos deter nos seus detalhes.⁶ Cumpre apenas lembrar que, desde o anúncio feito em agosto de 2011 sobre a constituição de um comitê conjunto para elaborar um programa de agroecologia, até a publicação, em 2013, do I Plano que concretizava a política (que tinha sido instituída por decreto, em 2012), se passaram praticamente dois anos.

Nesse intenso período de idas e vindas até chegar-se ao texto final do I Plano, referente ao período 2013-2015, tanto os setores governamentais como os não governamentais articularam-se entre si, elaboraram propostas, pactuaram acordos e prioridades; foram constituídas diferentes comissões para discutir essas propostas; realizaram-se seminários regionais e nacionais.

Durante esse período, se instalaram as duas instâncias de coordenação previstas no decreto que criou a política, a Cnapo e a Ciapo. Muitas das ações que irão aparecer no I Plano já estavam em andamento, e passaram a ser monitoradas e acompanhadas em um processo de contínuo diálogo social entre governo e sociedade,

5. Tanto a política como os Planos I e II podem ser obtidos no Portal Brasil Agroecológico. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/planapo/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

6. Como leitura complementar, recomendo a tese de doutorado de Iracema Moura, *Agroecologia na agenda brasileira: trajetórias no período 2003-2014*, onde esse processo é descrito e analisado detalhadamente (Moura, 2016).

incluindo diversas representantes das mulheres rurais. Em junho de 2016, após intenso debate de avaliação, foi lançado o II Plano, com ações previstas até 2019.

É importante lembrar que a criação da Pnapo já estava em discussão dentro do governo com os movimentos agroecológicos há algum tempo, especialmente quando da preparação dos eventos da Rio+20. No entanto, o lançamento de um grupo de trabalho para sua elaboração acabou ocorrendo em uma cerimônia da Marcha das Margaridas,⁷ o que lhe conferiu um caráter de resposta às reivindicações das mulheres. O anúncio foi feito pela própria presidenta da República:

Eu me comprometo aqui com vocês a dar continuidade a esse diálogo respeitoso e companheiro, e também quero dizer que pretendo cada vez mais ampliar o atendimento às justas reivindicações das mulheres trabalhadoras, essas guerreiras, chamadas de uma forma tão singela, mas tão forte, de Margaridas. (...) Criaremos um grupo de trabalho especial, para elaborar o Programa Nacional de Agroecologia, com a participação dos movimentos sociais e das organizações de mulheres (Discurso da presidenta Dilma no encerramento da Marcha das Margaridas, 17/8/2011).⁸

Da mesma forma, a entrega do primeiro plano – onde se estabeleciam as ações a serem realizadas, as metas, os valores a serem disponibilizados etc. – também foi feita pela própria presidenta, em 2013, durante a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural, a uma mulher trabalhadora rural, Maria Verônica de Santana, liderança do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Neste discurso, a presidenta faz várias referências às mulheres, e especialmente ao fato de estar cumprindo uma promessa feita às Margaridas, dois anos antes.

Primeiro, eu queria saudar os organizadores, (...) desta conferência, principalmente porque não é sempre que se vê... aliás, é uma realização inovadora e fantástica no Brasil: ter uma conferência paritária de gênero. Uma conferência na qual 50% dos participantes são mulheres.⁹ Quando a gente conquista uma transformação como essa, nós temos de sempre sublinhar, se manifestar e dizer, sobretudo, que isso é um avanço para o país. (...) Primeiro, as mulheres estão de parabéns, porque se assumiram como sujeito, e depois os nossos companheiros homens, que assumiram como parceiros. (...) Há dois anos eu tive, e tenho sempre muito prazer, e honra, e orgulho de participar da Marcha das Margaridas. Lá na Marcha eu assumi o compromisso de lançar a Política Nacional de Agroecologia. (...) Então, eu quero dizer que, para

7. A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta, coordenada pela Secretaria de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e outras organizações, que vem sendo realizada desde o ano 2000. Tem um caráter formativo, de denúncia e pressão, mas também de proposição, diálogo e negociação política com o Estado. É considerada a maior e mais efetiva ação das mulheres no Brasil. Depois da primeira Marcha, em 2000, foram ainda realizadas outras nos anos 2003, 2007, 2011 e 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/qVHVPL>>. Acesso em: 20 dez. 2016. Ver também Aguiar (2015).

8. Disponível em: <<https://goo.gl/kfgBxo>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

9. A II Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, realizada em Brasília, em 2013, com o objetivo de construção de um Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PNDRSS, estabeleceu como critério para a escolha dos delegados que fosse respeitada a paridade de gênero e um mínimo de 20% de jovens. Ver: <<https://goo.gl/5C9F44>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

mim, é muito significativo que de lá para cá isso tenha sido construído. (Discurso da presidenta Dilma no lançamento do I Planapo, 17/10/2013, em Brasília).¹⁰

Os movimentos de mulheres rurais entenderam que este era um espaço que teria que ser ocupado por elas, para que fizessem o acompanhamento permanente do que seria implementado, sob pena de ver esta política, pela qual elas tinham se empenhado fortemente, mais uma vez permanecer “neutra” quanto ao gênero, não atendendo às suas necessidades. Na fala da representante das trabalhadoras rurais vemos que se reivindica um espaço especial para as mulheres nessas lutas:

Esse é um momento muito importante para nós mulheres agricultoras, assentadas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais. Agroecologia tem tido grande destaque na agenda das mulheres, porque nós defendemos a vida, nosso patrimônio genético. Somos guardiãs da biodiversidade, somos produtoras de alimentos saudáveis e defendemos a soberania e a segurança alimentar (discurso de Maria Verônica de Santana, do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, no lançamento do I Planapo, 17/10/2013, em Brasília).¹¹

Diversos movimentos se mobilizaram para garantir a participação efetiva de mulheres em todos os comitês criados. Como veremos a seguir, isto foi conseguido com a pressão feita pelos movimentos, com o apoio de organizações não governamentais que trabalham com temas de gênero, e também pelo envolvimento direto de setores governamentais que defendiam esta participação, como a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMR/MDA), entre outros.

3 MULHERES RURAIS, AGROECOLOGIA E OS ESPAÇOS DE NEGOCIAÇÃO COM O ESTADO

O envolvimento das mulheres rurais brasileiras com os temas da agroecologia e da produção orgânica não é recente, e o aparecimento da proposta de um programa nacional na pauta das Margaridas de 2011 não foi um acaso. Presentes desde sempre nas experiências de produção alternativa no Brasil (em grupos de base, associações, cooperativas e redes), as mulheres passaram a expressar politicamente suas preocupações com as políticas públicas da agricultura e do meio ambiente a partir da sua organização nos sindicatos e em movimentos autônomos, por volta da década de 1980, ao mesmo tempo em que reivindicavam acesso a recursos produtivos (como a terra) e o seu reconhecimento como trabalhadoras rurais (com

10. Disponível em: <<https://goo.gl/WWPJJa2>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

11. Disponível em: <<https://goo.gl/ayTDVY>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

direitos sociais e previdenciários, por exemplo).¹² Da mesma forma, os temas da alimentação saudável e da soberania alimentar estiveram presentes em muitas das mobilizações de diferentes categorias de mulheres rurais, pelo menos nos últimos vinte anos.

No período mais recente, pode-se citar o documento de reivindicações da terceira Marcha das Margaridas (2007) como um dos marcos em nível nacional a levantar a necessidade da construção de um novo modelo produtivo para o campo baseado na agroecologia, em contraposição ao agronegócio.

Na marcha de 2011, se deu mais visibilidade a essas proposições, que apareceram na forma de um “programa de massificação da agroecologia”, que contemplava um conjunto de questões relacionadas com a produção – tais como a terra, o território, a água, o crédito e a assistência técnica –, mas que avançava também na resolução de problemas de comercialização, de tributação, de pesquisa etc.

A ênfase foi dada na produção de alimentos saudáveis, nas dimensões da saúde e da sustentabilidade ambiental. Com isso, saiu-se do campo unicamente da produção agrícola e abriu-se a possibilidade de alianças com setores urbanos (consumidores e ambientalistas), sempre chamando-se atenção para o protagonismo das mulheres. O programa, tal como proposto pela Marcha, deveria incluir também campanhas massivas de publicidade para a melhoria na visibilidade e valorização da produção agroecológica; apoio aos quintais produtivos implementados pelas mulheres; valorização da juventude do campo; criação de incentivos econômicos para promover a transição do sistema de produção convencional para a produção agroecológica; incentivo à produção de sementes crioulas; e acesso dos produtos agroecológicos aos programas de compras institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE).¹³

A apresentação da agroecologia da pauta das Margaridas no formato de um programa pode ser vista como o resultado do amadurecimento da articulação dos diferentes movimentos de mulheres que atuavam em conjunto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Vários desses movimentos já vinham aproximando-se entre si há alguns anos, inclusive participando, em conjunto, de fóruns de negociações de políticas com o Estado, como veremos mais adiante.

12. Muitas pesquisadoras afirmam que os primeiros movimentos de mulheres rurais a tratar publicamente de temas ambientais no Brasil foram as quebradeiras de coco, que se articularam no Norte e Nordeste por políticas de preservação dos babaçuais e pelos direitos coletivos de uso das palmeiras. Porém, outros movimentos de mulheres agricultoras que se organizaram desde os anos 1980, nos sindicatos, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e em outras entidades, também se preocupavam com o uso de agrotóxicos e temas de saúde e alimentação, que posteriormente serão retomados pelos movimentos agroecológicos. Da mesma forma, mulheres da Amazônia estiveram presentes nas mobilizações pela preservação da floresta e para a criação de reservas extrativistas. É importante lembrar que na Eco-92 houve uma articulação importante de mulheres rurais e indígenas reivindicando serem incluídas nas políticas ambientais (Siliprandi, 2015).

13. Disponível em: <<https://goo.gl/6X8aXT>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Destacamos o papel cumprido, nesses processos, pelo Grupo de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT-Mulheres da ANA), uma rede de movimentos sociais criada há cerca de quinze anos, que articula diferentes organizações urbanas e rurais em todo o país em torno da agroecologia. Os principais movimentos de mulheres do campo existentes hoje no Brasil fazem parte desse GT – não apenas os que organizam a Marcha das Margaridas, mas também o Movimento de Mulheres Camponesas (que faz parte da Via Campesina), além de algumas redes regionais de articulação entre produtores e consumidores, como a Ecovida, na região Sul, e a Rede Xique-xique, no Nordeste. O GT-Mulheres da ANA vem atraindo também outros setores para projetos em conjunto, como é o caso da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), cujo grupo de gênero reúne intelectuais, pesquisadoras e acadêmicas em nível nacional; assim como a Articulação do Semiárido (ASA), que reúne entidades e movimentos do Nordeste do Brasil que discutem alternativas de convivência com a seca naquela região.

A história do GT-Mulheres da ANA remonta ao período de constituição dessa rede, embora tenha sido formalizado somente dois anos depois do I Encontro Nacional (ENA). Naquele encontro, ocorrido em 2002, as mulheres já estavam começando a mobilizar-se para que suas questões aparecessem nas pautas da organização que estava sendo criada. Alguns dos temas que as mulheres trouxeram para o programa político da articulação que estava se formando foram: a titulação conjunta dos lotes entre mulheres e homens nos processos de reforma agrária; a melhoria do acesso das mulheres à previdência social; a criação de programas de crédito que atendessem as demandas das mulheres; o acesso à capacitação (especialmente quanto à gestão financeira das propriedades e das organizações); e a visibilização das demandas das mulheres na relação com a assistência técnica (Mourão, 2004, p. 96).

Entre o I Encontro da rede (em 2002, no Rio de Janeiro) e o II Encontro (em 2006, em Recife), o GT-Mulheres ganhou mais visibilidade, tendo realizado vários seminários nacionais, pesquisas e intercâmbio de experiências. Nesses espaços de formação técnica e política, acompanharam os programas e políticas públicas que estavam sendo propostos para a área, analisando-os do ponto de vista do impacto sobre a vida das mulheres, e propondo formas de melhorá-los.

Um dos grandes êxitos alcançados por esse GT foi conseguir que, no II ENA, ficasse estabelecida a paridade de gênero entre os delegados, uma iniciativa pioneira entre os movimentos rurais até então. Também foi neste período que se consolidou a prática de reunir as mulheres antes das reuniões gerais da rede (o que também já era feito nas reuniões internacionais da Via Campesina), com o objetivo de preparar as representantes sobre os vários assuntos que seriam discutidos naqueles eventos (García Forés, 2014). Com isso, elas conseguiam participar com mais efetividade das discussões gerais, sem ficar confinadas aos “espaços de gênero” onde habitualmente participavam somente as mulheres.

Quando ocorreu o III ENA, em Juazeiro, 2014, já em pleno processo de implantação do I Planapo, o GT de Mulheres mostrou uma grande capacidade de organização. No processo de preparação, foi elaborado um material com os temas propostos para o Encontro, da perspectiva das mulheres. Como estratégia, novamente elas se dividiram para participar dos diversos grupos, tendo como referência a formulação feita previamente sobre cada um dos temas. Posteriormente, foi elaborada uma cartilha – *Mulheres e Agroecologia* – com o registro dessa abordagem, incorporando as discussões realizadas durante o ENA. No próprio encontro, foram realizadas passeatas e atos públicos com repercussões em nível nacional e internacional, em que sobressaía a palavra de ordem “Sem feminismo não há agroecologia”, que já havia sido levantada no Congresso da ABA, em Porto Alegre, no final de 2013.¹⁴

Como comentamos anteriormente, esses vários movimentos de mulheres vinham também de uma história de participação em espaços de negociação com o governo federal, pelo menos desde 2003, em particular em fóruns e comitês sob responsabilidade dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Desenvolvimento Social (MDS) e do Meio Ambiente (MMA). Diversos conselhos nacionais sobre políticas públicas e comitês gestores de programas tinham sido criados ou revitalizados naquele período, tais como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), entre outros; e, em 2013, em pelo menos onze deles havia representação de mulheres rurais (Butto *et al.*, 2014, p. 29). No âmbito do Ministério da Agricultura e Abastecimento (Mapa), desde 2004, existia a Comissão Nacional de Produção Orgânica (CNPOrg), assim como comissões descentralizadas nos estados, onde também havia a participação de mulheres, ainda que minoritária (Moura, 2016).

Alguns desses espaços foram especialmente importantes para as mulheres no período de elaboração da Pnapo e dos Planos I e II. Destacamos o Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, instituído pelo MDA em 2008;¹⁵ e as instâncias do Condraf (que havia sido reorganizado em 2003, a partir do antigo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CN-DRS). Dentro do Condraf, dois comitês permanentes ganharam proeminência: o de *Promoção de Políticas para as Mulheres Rurais* e o de *Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)*. Outro espaço de articulação foi a Rede Temática de Ater para Mulheres, mantida no âmbito do Dater-MDA, que reunia profissionais da extensão rural de todo o país, envolvidos com o trabalho com mulheres.

14. Disponível em: <<https://goo.gl/7SHXr1>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

15. Do comitê gestor deste programa participavam vários outros ministérios, tais como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Ministério do Trabalho, o MDS, e órgãos como a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Da mesma forma, as diversas feiras de agricultura familiar e de economia solidária e feminista, organizadas pelo MDA, ajudaram na aproximação dos movimentos de base com setores governamentais. Nesses eventos, dava-se destaque para as agricultoras como sujeitos produtivos, e a palavra “feminista” não estava ali por acaso; consolidava-se, entre estes setores, a visão de que era necessário promover a autonomia das mulheres rurais, rompendo com a visão “extensionista” tradicional, dos anos 1960, de que a mulher agricultora era considerada apenas como esposa e mãe, dedicada a atividades complementares àquelas realizadas pelo marido (Siliprandi, 2002).

As reuniões promovidas por esses comitês, fóruns e comissões foram reconhecidas pelas lideranças dos movimentos de mulheres como importantes oportunidades de capacitação conjunta, de discussão de prioridades e de acúmulo de forças, assim como de criação de alianças entre os movimentos. Os resultados dessas alianças ficaram visíveis, por exemplo, nas diversas conferências nacionais sobre temas rurais realizadas nesse período, como as já citadas conferências nacionais de Ater (2012 e 2016), de Desenvolvimento Rural Sustentável (2013), de Segurança Alimentar (2015), em que as agricultoras e trabalhadoras rurais tiveram uma atuação destacada, com documentos e propostas próprias. As duas conferências nacionais de Ater, ocorridas em 2012 e 2016, por exemplo, foram precedidas de eventos específicos sobre mulheres rurais. No documento de conclusão do Encontro Temático Nacional Ater para mulheres, realizado em abril de 2012 (portanto, antes da publicação do decreto da Pnapo), havia várias reivindicações voltadas para o reconhecimento do envolvimento das mulheres com a agroecologia.¹⁶

No período que precedeu à Pnapo, pode-se citar vários programas e políticas que haviam sido criados (ou reformulados) de forma a atender a essas reivindicações. No caso do MDA, além de ter-se institucionalizado uma diretoria especificamente para as mulheres, houve um aumento expressivo dos recursos destinados a esses programas – entre esses, o de Documentação, o Pronaf-Mulher, e o já comentado Programa de Apoio à Organização Produtiva das Mulheres Rurais. Sob responsabilidade do MMA, foram claramente receptivos o Plano Nacional de Apoio a Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) e o Programa Bolsa Verde. Também houve mudança das regras para favorecer o atendimento das

16. Por exemplo: considerar o protagonismo das mulheres na promoção da agroecologia e as práticas da economia feminista e solidária, que apontam para o desenvolvimento rural sustentável; avançar na universalização dos serviços de Ater, ampliando as capacidades das instituições executoras para atender as demandas específicas de agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, mulheres indígenas, quilombolas, ribeirinhas e extrativistas, entre outras; orientar os serviços de Ater prioritariamente aos grupos produtivos de mulheres rurais; incorporar a sistematização de experiências dos processos de transição agroecológica vivenciados pelas mulheres como instrumento de estímulo à sua organização produtiva; combater a violência institucional nos serviços de Ater; garantir a participação das mulheres na proporção de 50% nas atividades coletivas de formação (ver relatório final do encontro).

mulheres em programas pré-existentes (como a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, a titulação conjunta na reforma agrária, entre outros).

Particularmente importantes foram as chamadas públicas para contratação de Ater exclusivas para mulheres, a partir de 2004, que atingiram milhares de pessoas em todo o país; a Resolução nº 44/2011, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, que definiu regras de atendimento prioritário a grupos de mulheres; e, finalmente, a decisão mais importante, tomada no âmbito do I Planapo, em 2012, de definir percentuais mínimos de atendimento a mulheres, a serem observados nos projetos de Ater (quanto ao número de pessoas e aos recursos investidos), que detalharemos na seção 4.

4 AVANÇOS DAS MULHERES NA PNAPO E AS ESTRATÉGIAS DE ARTICULAÇÃO

As conquistas

Examinando a Pnapo e os Planos I e II, é possível identificar vários princípios e diretrizes que valorizam a participação das mulheres nas atividades de agroecologia e produção orgânica, e trabalham na perspectiva de enfrentar as desigualdades de gênero e promover a sua autonomia econômica.

Na Pnapo, por exemplo, essa definição está explicitada na diretriz VII,¹⁷ no I Plano,¹⁸ que segue as diretrizes da política. Os compromissos com as mulheres estão presentes desde os desafios que orientaram a sua elaboração, no diagnóstico, e em todos os eixos onde são apresentadas as iniciativas a serem apoiadas. Há um destaque especial no eixo conhecimento, onde se trata do atendimento das mulheres pelas empresas de Ater (Brasil, 2013, p. 40).

As mulheres constam no I Plano também no objetivo específico nº 2: *Reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres na produção orgânica e de base agroecológica*; em dezesseis iniciativas específicas; e em nove metas divididas pelos três anos do plano (com indicação das iniciativas a serem implantadas, dos responsáveis, dos indicadores, e das fontes de recursos). Entre outras medidas, estabeleceu-se a ampliação do Programa de Organização Produtiva, prevendo o atendimento a 4 mil mulheres por meio de ações de assistência técnica exclusiva para elas.

As lideranças entrevistadas para este estudo foram unânimes em afirmar que a principal conquista das mulheres foi a inclusão, no I Plano, da resolução que estabelece que, em todas as chamadas para a contratação de Ater, pelo menos 50% do público a ser atendido teria que ser de mulheres, e pelo menos 30% de recursos deveriam ser utilizados em atividades específicas indicadas pelas mulheres, ou seja,

17. Disponível em: <<https://goo.gl/UzTvT1>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

18. Disponível em: <<https://goo.gl/upR6vS>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

para o desenvolvimento de projetos das mulheres agricultoras.¹⁹ Também se conseguiu que as equipes de prestação de serviços de Ater fossem formadas por, pelo menos, 30% de mulheres, e que se garantisse a realização de atividades recreativas com as crianças nos eventos de capacitação, para facilitar a presença das mulheres.

Sendo 47% da população rural no Brasil,²⁰ e, dentro das propriedades, aquelas que mais se empenharam na transição agroecológica (e que, como vimos, lutaram historicamente pela agroecologia), as mulheres sempre haviam sido negligenciadas pela extensão rural. “*Nosso principal avanço naquele momento foi colocar as mulheres como sujeitos produtivos*”, afirmou uma liderança das trabalhadoras rurais. Essas propostas foram aprovadas também na II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, passando a valer a partir de então como uma regra para o conjunto de políticas de Ater (e não somente aquelas no âmbito da Pnap).

É importante lembrar que, antes de ser incluída no Planapo, não havia consenso para essa bandeira nem mesmo dentro dos movimentos sociais. Nas reuniões da sociedade civil onde as mulheres primeiro formularam essa proposta, houve embates fortes com companheiros homens, que achavam que a medida iria ser impossível de implementar e iria dificultar a execução das ações de Ater. Segundo as entrevistadas, somente as mulheres defendiam a proposta: “*alguns homens dos movimentos até apoiavam, mas não colocavam empenho*”.

Existe uma “naturalização” da exclusão das mulheres rurais do mundo produtivo: os companheiros não se escandalizavam com o fato de que as mulheres, produtoras rurais, pescadoras, ribeirinhas, quilombolas (suas esposas, vizinhas, filhas, mães) não estavam tendo acesso a um direito (assistência técnica) que já estava garantido por lei; e consideravam que não era prioritário propor uma ação que compromettesse o Estado a resolver esse problema.

Para as mulheres entrevistadas, no entanto, foi uma vitória a celebrar, mesmo que a proposta aprovada não seja suficiente para resolver a relação das mulheres com a assistência técnica, tema que é muito mais complexo, e que envolve, entre outras questões, o modelo de construção do conhecimento agroecológico. A discussão que vem sendo feita entre as mulheres é de que é necessário avançar para além do melhoramento da Ater tradicional, pois se houvesse “*uma verdadeira proposta de diálogo de saberes horizontais, massiva, as mulheres seriam muito mais beneficiadas*” (entrevista de uma integrante da Cnapo à autora, dezembro de 2016). A ideia é fortalecer espaços onde o conhecimento seja construído de forma horizontal, com a participação ativa das mulheres. São citados os exemplos de Cuba e dos programas Campesino a Campesino como modelos a serem examinados.

19. Ver Meta 10, iniciativas 6, 7 e 8 (p. 67).

20. Disponível em: <<https://goo.gl/gWvFWS>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

Por outro lado, permanece ainda a questão da formação dos técnicos e técnicas que trabalham nas prestadoras de Ater. Segundo essas entrevistadas, as equipes de Ater hoje não têm a formação necessária para trabalhar as questões de gênero e autonomia. É reconhecido que se avançou no sentido de visibilizar as mulheres como público, mas não é suficiente.

Mesmo com essas ponderações, todas as entrevistadas foram unânimes em avaliar positivamente esta medida, entendendo que foi um sinal para as prestadoras de Ater – um serviço público, pago com recursos públicos e garantido por lei – de que é necessário fazer mudanças na sua forma de trabalhar, para adequar-se a esta exigência social de reconhecimento das mulheres como sujeitos produtivos.

No II Plano,²¹ o apoio à autonomia das mulheres rurais permanece como um tema transversal. Na avaliação feita com relação ao período anterior, se reconhece como lacunas a necessidade de melhorar a oferta de atividades recreativas para as crianças (no intuito de permitir a participação de mais mulheres nos eventos), assim como a necessidade de investir mais recursos na capacitação de técnicos e técnicas em temas de gênero. Também se salienta que as demandas de recursos financeiros para as mulheres não foram totalmente atendidas, especialmente no que se refere à implantação de agroindústrias em contextos de reforma agrária.

Em relação às atividades propostas, novamente as demandas das mulheres aparecem em todos os eixos do plano, sendo que em vários deles existem menções específicas a este compromisso.²²

As estratégias

Para posicionar politicamente estas reivindicações, várias estratégias foram utilizadas pelas mulheres, no sentido de, em primeiro lugar, garantir a presença de suas representantes em todos os espaços de decisão, e com isso, ter acesso a informações; em segundo lugar, ter condições para se reunir autonomamente, de forma a poder estudar as propostas existentes e formular as suas próprias; e, por último, na elaboração do plano, incidir para que fosse assegurada visibilidade para as propostas das mulheres, nos objetivos, nas metas, e com recursos e responsáveis pela sua execução definidos. A orientação geral do conjunto dos movimentos que se articulou nessas instâncias era “transversalizar” as questões de gênero na Pnapo, ou seja, fazer com que em todos os eixos da política, os temas das mulheres fossem contemplados.

21. Disponível em: <<https://goo.gl/Tgi3ov>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

22. Por exemplo, nos eixos de produção, conhecimento, comercialização. Em particular, as mulheres foram contempladas com várias atividades dentro da Meta 5 do Eixo de Produção: *Promover a autonomia econômica das mulheres rurais, reconhecendo seu protagonismo na agroecologia e produção orgânica, por meio da inclusão produtiva e da geração de renda.*

Uma primeira medida para atingir esse objetivo foi exigir que as mulheres participassem da Comissão Gestora do Plano, formada paritariamente por integrantes do governo e da sociedade civil. Segundo uma das integrantes dessa comissão, “foi importante estar aí para entendermos como se davam as construções políticas no governo, muitas vezes realizadas somente entre *os companheiros*; a gente ficava de fora” (grifo nosso). Outra participante da Cnapo reafirma: “se não fosse a presença da nossa representante na comissão, muitas decisões teriam passado batido, pois os companheiros nem sempre nos repassavam as informações” (entrevistas à autora, dezembro de 2016).

Da mesma forma, exigiu-se que em todas as plenárias da Cnapo houvesse mulheres nas mesas coordenadoras. Na instalação dos trabalhos de uma dessas plenárias, um membro do governo quis fazer uma brincadeira dizendo que a nova companheira (única entre vários homens) iria “embelezar” a mesa, o que fez com que houvesse protestos veementes da plenária e ele fosse obrigado a se desculpar. Elas estavam marcando posição; tinham um propósito político ao participar dos encontros, e não aceitariam o papel de meras expectadoras.

Com relação à criação da Subcomissão Temática de Mulheres, no âmbito da Cnapo, houve muita discussão entre os próprios movimentos. Uma parte tinha receio de que essa medida levasse as mulheres ao isolamento, confinando-as em um espaço secundário. Ao mesmo tempo, se entendeu que era importante ter uma subcomissão temática, como forma de dar visibilidade às mulheres. A solução encontrada foi aprovar a criação da subcomissão, mas também exigir que houvesse mulheres nas coordenações de todas as demais subcomissões (de construção do conhecimento, de financiamento à produção, comercialização, biodiversidade, etc.).

Para que houvesse a presença de mais pessoas da sociedade civil nas reuniões da Comissão Nacional, havia sido feito um acordo com os setores governamentais, de que seria garantida a viagem de todos os seus integrantes (titulares e suplentes) nas reuniões ordinárias. Essa medida beneficiou bastante as mulheres, pois aquelas que participavam dos movimentos mistos, normalmente eram indicadas apenas como suplentes, e só conseguiam ir às reuniões em caso de impedimento dos titulares. Desta fora, elas puderam participar ativamente também das reuniões de outras subcomissões temáticas. Diferentes ministérios e projetos contribuíram com recursos para financiar essa participação.

Do ponto de vista operacional, outra decisão muito valorizada pelas mulheres foi exigir, por parte da Comissão Nacional, que as reuniões da Subcomissão Temática de Mulheres fossem realizadas sempre *antes* das reuniões das demais subcomissões, como forma de preparar as companheiras que participariam das outras reuniões. As entrevistadas comentaram que, em algum momento, se tentou marcar as reuniões em horários concomitantes (o que obrigaria as mulheres a ter que escolher entre a Subcomissão Temática de Mulheres e as outras); mas diante dos protestos das mulheres, os horários tiveram que ser reorganizados.

A decisão de reunir-se previamente também implicava aumento de custos para o governo, já que, muitas vezes, as reuniões das mulheres tinham que ser feitas no dia anterior às plenárias (com o pagamento de uma diária a mais a cada participante); nesse sentido, foi fundamental a existência de setores governamentais sensíveis àquelas demandas, que possibilitaram que essas propostas se efetivassem. No caso do MDA, por exemplo, foi feito um esforço para que as reuniões do Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva coincidissem com as da Cnapo, para permitir a participação de todas. Há um reconhecimento por parte das lideranças, de que a participação nas reuniões da Cnapo fortaleceu a identidade das mulheres em torno da agroecologia.

O DPMR/MDA cumpriu um papel muito importante neste sentido, pois suas integrantes acompanhavam também a Câmara Interministerial (Ciapo), trazendo aportes sobre os contextos políticos e técnicos das discussões dentro do governo. Para uma das integrantes da Cnapo, *“isso fez com que avançássemos muito na unidade política das mulheres, amadurecemos em temas que até então não tínhamos consenso ou propostas comuns, como foi o caso do crédito”*.

No processo de elaboração do II Plano, essa estratégia foi repetida, com a discussão de todas as metas nas reuniões da Subcomissão Temática de Mulheres, onde participavam tanto a Diretoria de Mulheres do MDA como os movimentos. A DPMR/MDA, mesmo sendo um órgão pequeno, com poucas profissionais, assumiu o compromisso de levar as posições da subcomissão para os demais espaços de discussão da Ciapo, se transformando em uma espécie de porta-voz das mulheres dentro do governo. Havia um consenso entre as integrantes da subcomissão de que, se não houvesse mulheres participando nas discussões de todos os eixos, as questões das mulheres desapareceriam.

Todas as entrevistadas são unânimes em afirmar que esse processo de participação impactou enormemente as lideranças das mulheres rurais, que passaram a ser reconhecidas por sua atuação. Mesmo algumas agricultoras, que inicialmente sentiam-se tímidas, com a experiência acumulada nesse período, passaram a ser referência para determinados temas no conjunto das comissões. Para uma liderança: *“O maior ganho das mulheres na Cnapo foi conseguir cravar no coração da agroecologia a questão das discriminações, do patriarcado, a ideia de que sem feminismo não pode haver agroecologia”* (entrevista à autora, dez. 2016).

As pendências

As lideranças entrevistadas avaliam que, entre as prioridades discutidas pelas mulheres em suas articulações, um dos temas mais importantes que permaneceu sem solução foi a inclusão dos financiamentos a fundo perdido (fomento) aos quintais produtivos das mulheres. Embora essa questão tenha sido colocada em discussão nas comissões, não houve consenso sobre a forma de operacionalizá-la.

Os quintais são considerados importantes porque são espaços privilegiados para promover a autonomia das mulheres. Segundo uma das entrevistadas deste estudo, pesquisadora, integrante da Cnapo, os investimentos nesse espaço deveriam ser defendidos porque levam a melhoria da vida das mulheres. Ela cita o caso dos fogões ecológicos, das fossas sépticas, do tratamento de água, que muitas vezes não são considerados temas importantes, mas levariam a uma valorização das mulheres. Os quintais têm sido defendidos também como um espaço para além da produção material, espaços de cultura, de lazer, de integração das pessoas ao espaço físico da propriedade.

Segundo essa mesma entrevistada, ainda que se considere que dar visibilidade aos quintais é uma bandeira importante, deve-se considerar também as dificuldades que as mulheres encontram para ver suas propostas produtivas serem legitimadas “para além” dos quintais. As mulheres estão preocupadas em discutir a propriedade como um todo, e querem que o Estado as reconheça nesse papel. Essa é uma questão que transcende aos temas agroecológicos e perpassa toda a discussão do gerenciamento na agricultura familiar.

Foram feitas tentativas para incluir os quintais nos projetos produtivos a serem aprovados para financiamento por outros programas, mas somente se conseguiu que essa proposta fosse aceita na região semiárida, no âmbito do Programa Água para Todos, com recursos do MDS. Para conseguir isso, a DPMR/MDA estava elaborando uma nota técnica permitindo que os recursos usados para os quintais fossem considerados como custeio, e não investimento, dessa forma, podendo ser inseridos como atividades de Ater. Nas palavras de uma gestora:

Há um desafio grande de implementar essa ideia para além do Semiárido. As metas colocadas no plano são para o Brasil inteiro, mas sem recursos é impossível, tendo em vista que, na política de crédito, os itens do quintal são tratados como custeio e não investimento. Foi a saída que tentamos construir, através da nota técnica (entrevista à autora, dez. 2016).

Em outras subcomissões temáticas, como as de Uso e Conservação dos Recursos Naturais, de Sociobiodiversidade e de Comercialização e Consumo, os avanços foram considerados menores. Por exemplo, na Comissão de Uso e Conservação dos Recursos Naturais, que tratava de um tema considerado particularmente importante pelas mulheres (sementes), a ênfase foi dada nas culturas comerciais, e não naquelas mais utilizadas para o consumo das famílias. As mulheres sentiram muita dificuldade em colocar as suas questões na agenda.

No caso da Comissão de Sociobiodiversidade, os avanços se deram em algumas discussões sobre as plantas medicinais e as políticas para áreas de extrativismo, que já estavam sendo discutidos no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

No caso da Comissão de Comercialização, a discussão foi focada nos mecanismos de certificação da produção orgânica para se ter acesso aos mercados, um campo excessivamente técnico, de definição de parâmetros, condições etc. para que os produtos pudessem ter acesso a selos ou outras certificações. Houve muitas queixas das agricultoras inclusive sobre a linguagem técnica utilizada. Elas se sentiam bastante marginalizadas. De certa forma, essa era uma herança da forma de atuação das CPOrgs, bastante dominadas pelo discurso técnico e de mercado.

Por último, as lideranças entrevistadas apontaram para a insuficiência na discussão sobre o apoio à juventude rural nas políticas agroecológicas, que, embora tenha sido levantada em vários momentos pelos movimentos de mulheres, não encontrou eco nas plenárias gerais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como comentamos no início deste trabalho, o jogo político é quase sempre imprevisível, e os resultados alcançados dependerão não só da capacidade dos setores em pressionar por suas reivindicações, mas também do convencimento dos demais responsáveis sobre a legitimidade das mesmas, e da criação de condições (políticas, institucionais, financeiras) para o seu atendimento.

É possível afirmar que a maior inclusão das demandas das mulheres na Pnapo e nos planos se deve, basicamente, a dois fatores: à capacidade de mobilização e ao acúmulo de conhecimento (e força) dos movimentos de mulheres rurais, que vinham trabalhando com os temas da agroecologia há muito tempo e foram capazes de aparecer publicamente como portadores dessa bandeira; e ao apoio recebido de setores governamentais comprometidos com as causas feministas, que ofereceram condições técnicas, financeiras e políticas para que a inércia institucional discriminatória fosse rompida.

Essa articulação já vinha de alguns anos, e foi sendo construída por meio de outras políticas que tinham por princípio fortalecer a autonomia das mulheres. Nesse sentido, a Pnapo veio reforçar uma linha de trabalho que já estava ganhando visibilidade e que, potencialmente, poderia significar uma mudança na forma na qual o Estado lida com as mulheres rurais. Dizemos “potencialmente” porque, em primeiro lugar, trata-se de uma política recente e de relativamente pouca abrangência, tendo em vista o conjunto de políticas para o meio rural, que, quando não são “cegas ao gênero”, apresentam concepções desfavoráveis ao fortalecimento da autonomia feminina; por outro lado, com a mudança da orientação política ocorrida no Brasil em 2016, a continuidade dessas ações pode ficar bastante comprometida. Observa-se um processo de desmonte das estruturas que apoiavam estas reivindicações, sendo bastante incerto o que acontecerá com a Pnapo. Vários órgãos envolvidos com estas ações deixaram de existir, sem que fique claro quem se encarregará das suas funções.

Por exemplo, o próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário foi transformado em uma Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead), dentro do qual estava a DPMR/MDA, hoje reduzida a uma coordenação sem orçamento próprio e responsável por diferentes temas.

No entanto, os marcos legais para a implantação de uma política voltada para a agroecologia e a produção orgânica estão dados, e as disputas pela sua implementação certamente terão continuidade. Esperamos que as avaliações trazidas neste texto possam ser úteis não apenas para as mulheres engajadas nessas disputas, mas para todas e todos que acreditam que a agroecologia é um projeto necessário e urgente para o Brasil, sobretudo se conseguir incorporar uma perspectiva feminista.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. P. **Somos todas margaridas**: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeitos políticos. 2015. Teses (doutorado) – Universidade de Campinas, Campinas, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Brasil Agroecológico**: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Brasília: MDA, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/038Ori>>

BUTTO, A. *et al.* (Org.). **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília: MDA, 2014.

CARNEIRO, M.-J. Mulheres no campo: notas sobre a sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 2, p. 11-22, 1994.

DEERE, C.-D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

GARCÍA FORÉS, E. El feminismo campesino y popular de las mujeres de la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. *In*: SILIPRANDI, E.; ZULUAGA, G. **Género, Agroecología y Soberanía Alimentaria**. Barcelona: Icaria, 2014. p. 93-112.

HEREDIA, B.; CINTRÃO, R. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *In*: UNIFEM – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER. **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: Unifem; Fundação Ford; Cepia, 2006.

MOURA, I. **Agroecologia na agenda brasileira**: trajetórias no período 2003-2014. 2016. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, Rio de Janeiro, 2016.

MOURÃO, P.-L. **Agricultura familiar em Abaetetuba**: um olhar sobre as práticas agroecológicas e as relações de gênero. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

ONU MULHERES – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. **Mais igualdade para as mulheres brasileiras**: caminhos de transformação econômica e social. Brasília: ONU Mulheres, 2016.

PACHECO, M.-E. L. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 71, p. 30-38, 1997.

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, 1987.

SILIPRANDI, E. O que se pensa, o que se faz, o que se diz: discursos sobre as mulheres rurais. **Educação em Debate**, v. 2, p. 106-110, 2002.

_____. Gênero e Agroecologia: o avanço das mulheres no enfrentamento das iniquidades *In*: STADUTO, J.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. (Org.). **Desenvolvimento Rural e Gênero**: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. v. 1, p. 199-220.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. Mulheres Rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. v. 1, p. 571-594.